



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

PROCESSO N.º 7.755/2017-e

PARECER N.º 331/2019-G3P

EMENTA: Pregão Eletrônico n.º 03/2017-SUAG/SEE/DF. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Suspensão. Representação de licitante. Restrição ao caráter competitivo. Procedência da Representação e anulação do Pregão Eletrônico original e realização de novo certame. Pedidos de Reexame. Ausência de manifestações por parte da SEE/DF. Interposição de Mandado de Segurança junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, com pedido liminar. Indeferimento da liminar pleiteada. Análise de Mérito das Razões e Contrarrazões recursais. Instrução pugna pelo não provimento. Parecer convergente do Ministério Público de Contas. Argumentos recursais insuficientes para permitir a reforma da decisão que determinou a anulação do Pregão Eletrônico original e realização de novo certame.

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos do exame do **Pregão Eletrônico n.º 03/2017/SUAG/SEE-DF**, deflagrado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEE/DF, cujo objeto prevê a contratação de serviço de transporte escolar para os alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na Região “C” – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado ([e-DOC 09E8275D-c](#); [Peça n.º 2](#)).

2. Após a adoção das medidas corretivas indicadas na **Decisão n.º 1.367/2017** ([e-DOC B7A3649D-e](#); [Peça n.º 11](#)), o Tribunal exarou a **Decisão n.º 3.460/2017** ([e-DOC 583F5374-e](#); [Peça n.º 36](#)), **autorizando o prosseguimento do aludido certame.**

3. Na sequência, a empresa **Faco Recuperação e Locação Ltda. EPP** protocolou Representação na Corte de Contas ([e-DOC 0F456C9A-c](#); [Peça n.º 42](#)), denunciando irregularidades na abertura do **Pregão Eletrônico n.º 03/2017/SUAG/SEE-DF**, considerada **improcedente** pela **Decisão n.º 5.095/2017** ([e-DOC 8F34691F-e](#); [Peça n.º 65](#)).

4. Paralelamente ao presente feito, tramitou no Tribunal o **Processo n.º 33.161/17-e**, autuado para exame de Representação formulada pela empresa **Travel Bus Ltda.**, dando conta da **existência de fraudes em procedimentos licitatórios lançados pela SEE/DF**, conhecida pela **Decisão n.º 5.049/2017** ([e-DOC F3F88A70-c](#); [Peça n.º 72](#)) e juntada aos autos ([e-DOC 252E005F-c](#); [Peça n.º 74](#)).

5. Em adendo à manifestação que resultou no **Processo n.º 33.161/17-e**, a empresa **Travel Bus Ltda.** remeteu outra Representação ([e-DOC 346BD955-c](#); [Peça n.º 75](#)), objeto do **Processo n.º 14.774/16-e**, conhecida pela **Decisão n.º 5.503/2017** ([e-DOC 70D8D3F9-e](#)), não juntada a estes autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

6. No presente feito, o Tribunal tomou conhecimento da referida Representação para, no mérito, considerá-la **improcedente** em relação ao **Pregão Eletrônico n.º 03/2017/SUAG/SEE-DF**, consoante **Decisão n.º 5.420/2017** ([e-DOC 9B6606FC-e](#); [Peça n.º 82](#)).

7. Nesse ínterim, a empresa **I.H – Locação e Arrendamento de Veículos e Turismo Ltda.** sagrou-se vencedora do aludido Pregão Eletrônico, mas, posteriormente, após publicação de Ata Complementar ao certame, referida empresa **declinou da assinatura do Contrato**, sendo a empresa **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda. declarada a nova vencedora do certame**.

8. Ato contínuo, a empresa **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** ofertou Representação, com **pedido de cautelar** ([e-DOC 74C3389D-c](#); [Peça n.º 91](#)), conhecida pela **Decisão n.º 1.213/2018** ([e-DOC 5555965A-c](#); [Peça n.º 97](#)), que concedeu a liminar pleiteada, determinando à SEE/DF que se **abstivesse de assinar o contrato com a COOPERBRAS**.

9. Ao examinar o mérito da citada Representação, o Tribunal a considerou **procedente**, mediante **Decisão n.º 3.816/2018** ([e-DOC 9865C5F4-e](#); [Peça n.º 139](#)), determinando à SEE/DF, dentre outras medidas, a **anulação do Pregão Eletrônico e a realização de outro certame**.

10. A **COOPERBRAS**, por sua vez, interpôs **Pedido de Reexame** ([e-DOC 021FAD47-c](#); [Peça n.º 166](#)), conhecido pelo Tribunal pela **Decisão n.º 5.743/2018** ([e-DOC C00C789C-c](#); [Peça n.º 223](#)), oportunidade em que foi concedido prazo para que a empresa **FCB - Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** e a SEE/DF apresentassem contrarrazões recursais.

11. A empresa **FCB - Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** apresentou suas contrarrazões ([e-DOC 6CB5D1A5-c](#); [Peça n.º 199](#)), enquanto a SEE/DF, apesar de chamada aos autos, conforme **Decisão n.º 5.743/2018** ([Peça n.º 233](#)) e **Decisão n.º 164/2019** ([e-DOC 47B1D9FB-e](#); [Peça n.º 221](#)), **não se manifestou**.

12. Embora o Tribunal tenha deliberado pela anulação do Pregão Eletrônico e a realização de novo certame (**Decisão n.º 3.816/2018**), a empresa **FCB - Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** impetrou **Pedido de Reexame** contra esse **decisum** ([e-DOC F2AE0A26-c](#); [Peça n.º 182](#)), conhecido pelo Tribunal, sem efeito suspensivo, relevando, excepcionalmente a intempestividade apontada, e **concedendo prazo para o oferecimento de contrarrazões recursais à COOPERBRAS e à SEE/DF**, por meio da mesma **Decisão n.º 164/2019** ([Peça n.º 221](#)).

13. A **COOPERBRAS** enviou suas contrarrazões recursais ([e-DOC 1952DB65-c](#); [Peça n.º 217](#)), enquanto a SEE/DF se manteve silente, prestando-se o atual momento processual ao exame de mérito dos recursos interpostos pelas empresas **COOPERBRAS** ([Peça n.º 166](#)) e **FCB - Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** ([Peça n.º 182](#)), considerando as respectivas contrarrazões recursais ([Peça n.º 199](#) e [Peça n.º 217](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

14. Importante ressaltar que a empresa **COOPERBRAS** também interpôs, junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, o **Mandado de Segurança n.º 0701141-80.2019.8.07.0000**, com pedido liminar, em face da **Decisão n.º 3.816/2018**, tendo aquele juízo proferido, em **07.02.2019**, Decisão pelo indeferimento da liminar requerida¹.

15. Ao examinar o Pedido de Reexame manejado pelas empresas **COOPERBRAS** e **FCB - Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** (Peças n.º 166 e n.º 182, respectivamente) frente às contrarrazões por elas ofertadas (Peças n.º 217 e n.º 199, respectivamente), a Unidade Técnica, em apertada síntese, concluiu que os argumentos trazidos aos autos não suficientes para permitir reparos à **Decisão n.º 3.816/2018**, razão pela qual sugeriu ao Tribunal que negue provimento aos Pedidos de Reexame em questão, dando ciência da decisão que vier a ser proferida aos representantes legais das citadas empresas recorrentes e à SEE/DF, sem embargo de autorizar, ainda, o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para os devidos registros e posterior encaminhamento à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para cumprimento do determinado no **item III, alíneas “a” e “b”, da Decisão n.º 3.816/2018**.

16. Assim sendo, concluiu suas análises e considerações sugerindo ao eg. Plenário:

- “I. tomar conhecimento desta Informação e das contrarrazões recursais apresentadas pelas empresas Cooperativa de Transportes – COOPERBRAS (e-DOC 1952DB65-c) e Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda. – FCB (e-DOC 6CB5D1A5-c);*
- II. negar provimento aos Pedidos de Reexame interpostos pelas empresas Cooperativa de Transportes - COOPERBRAS (e-DOC 021FAD47-c) e Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda. - FCB (e-DOC F2AE0A26-c) em face da Decisão n.º 3816/2018;*
- III. dar ciência da Decisão que vier a ser proferida às recorrentes, por intermédio de seus representantes legais, e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF;*
- IV. autorizar o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para os devidos registros e posterior encaminhamento à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública - SEASP, em vista do disposto nos itens “III.a” e “III.b” da Decisão n.º 3816/2018”*

17. Encaminhado o feito ao Ministério Público de Contas para manifestação, por força do **Despacho Singular n.º 250/2019–GCPT (e-DOC E4528BF8-e; Peça n.º 241)**, passo a apreciar, no atual momento processual, o mérito dos Pedidos de Reexame interpostos pelas empresas **COOPERBRAS (Peça n.º 166)** e **FCB - Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda. (Peça n.º 182)**, considerando as contrarrazões recursais carreadas aos autos pelas citadas recorrentes (Peças n.º 217 e n.º 199, respectivamente).

¹<https://pje2i.tjdft.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=089fa00fe9a62233226e9c7549db2ad65186db4704ee0b40>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

Do Pedido de Reexame da COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda. (Peça n.º 166)

18. Após discorrer acerca dos fatos objeto do presente feito, a recorrente alega, preliminarmente, a ocorrência de violação ao devido processo legal na jurisdição do TCDF, vez que não lhe foi ofertada oportunidade para se manifestar quanto ao mérito dos argumentos formulados na Representação ofertada pela empresa **FCB - Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.**, conhecida pela **Decisão n.º 1.213/2018 (Peça n.º 229)**, bem assim ao contraditório e ampla defesa, posto que não houve oportunidade de se defender quanto aos apontamentos apresentados em parecer do Ministério Público de Contas (fls. 01/10 da **Peça n.º 166**).

19. Destaca a necessidade de a **Decisão n.º 3.816/2018 (Peça n.º 227)** ser reformada, em face da *“insubsistência de conclusões baseadas em indícios”* e da *“ausência de nexo de causalidade entre as ilações e supostas irregularidades”*, haja vista o parecer ministerial que levou ao citado **decisum** apontar fatos relacionados a possível *“(…) liame entre as licitantes: relação de parentesco entre sócios, contas bancárias na mesma agência, endereços no mesmo logradouro, informações bancárias e telefônicas similares e emissão irregular de atestado de capacidade técnica por terceiro e propostas com mesma descrição no objeto da licitação”*, acrescentando que *“(…) existe um erro de premissa grave na argumentação do Ministério Público”*, não havendo elementos capazes de comprovar a *“(…) possibilidade de formação de grupo econômico e indícios de violação ao sigilo das propostas”* (grifos do original) (fls. 11/16 da **Peça n.º 166**).

20. Transcreve parte da **Decisão n.º 1.179/2017**, adotada no Processo n.º 20.111/16, no sentido de que *“(…) a participação, no mesmo processo licitatório, de empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico ou tenham sócios com relação de parentesco não configura, por si só, irregularidade, caso não seja demonstrada a ocorrência de prejuízos decorrentes da formação de grupo econômico ou indícios de conluio ou fraude”*, ressaltando, em relação às contas bancárias registradas na mesma agência, endereços no mesmo logradouro, informações bancárias e telefônicas similares, que tais fatos *“(…) não constituem irregularidade”*, conforme defendido no Voto condutor da **Decisão n.º 2.084/2018 (Peça n.º 125)**, que sugere a regularidade de empresas licitantes compartilharem a mesma estrutura física e de pessoal (grifos do original) (fl. 12 da **Peça n.º 166**).

21. Afirma que *“(…) o vínculo societário não é suficiente para que se pressuponha que uma empresa agirá de forma a beneficiar outra, tanto porque essa conduta vai de encontro às próprias regras de Direito Comercial, conforme o art. 245 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976”*, assinalando que a afirmação ministerial quanto ao atestado de capacidade técnica *“(…) não possui qualquer conexão com o caso concreto, considerando que o atestado técnico não tem relação com a Recorrente e o referido contrato não tem relação com a Secretaria de Educação do Distrito Federal”* (fl. 13 da **Peça n.º 166**).

22. Quanto às propostas com a mesma descrição no objeto e lances com intervalo de tempo curto, assevera que *“(…) a única semelhança apontada pelo Parquet se refere à transcrição parcial do exato texto do objeto da licitação no edital”*, salientando que *“(…)”*

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

algumas empresas fizeram transcrição de forma simplificada e outras copiaram a íntegra do texto do instrumento convocatório” e que os lances em curto espaço de tempo “(...) evidenciam competitividade acirrada entre as licitantes, porque demonstram o ímpeto de superar o concorrente e vencer a licitação” (grifo do original) (fl. 13 da [Peça n.º 166](#)).

23. Assevera que “(...) no caso concreto, **não existe qualquer prova de que houve atuação conjunta de licitantes, combinação de preços, quebra do sigilo das propostas e muito menos frustração do caráter competitivo do certame**”, ressaltando que “(...) há problemática nítida em firmar conclusão com base apenas em suposições”, apontando como referência o art. 239 do Código de Processo Penal em que “(...) se considera indício ‘a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias’”, acrescentado, sobre o conceito de indício, que “(...) não se trata, tecnicamente, de um meio probatório, mas tão somente de uma forma de raciocínio” (fls. 13/14 da [Peça n.º 166](#)).

24. Alega que “(...) as ilações do Ministério Público não são suficientes para autorizar a anulação do procedimento licitatório, porque não possuem sustentação em qualquer prova de conluio entre as licitantes, tendo a validade questionada em razão da alta carga de subjetividade ostentada” (fl. 14 da [Peça n.º 166](#)).

25. Com relação ao suposto mergulho de preço para desestimular a oferta de lances, a recorrente afirma que a questão foi analisada e rechaçada no Voto condutor da **Decisão n.º 5.095/2017 (Peça n.º 65)**, restando afastada tal possibilidade “(...) por que os benefícios de tal conduta não foram materializados no caso”, registrando que “(...) ficou comprovado que as empresas – IH Locação e Faco – que antecederam a Recorrente na licitação foram contundentes concorrentes, de forma que fica desconfigurada a alegada figura de ‘coelho’ indicada pelo **Parquet**” (grifo do original) (fls. 15/16 da [Peça n.º 166](#)).

26. Apresenta entendimento paradigmático do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU n.º 2.803/2016 – Plenário) no sentido de que “(...) participação de sociedades empresárias de um mesmo grupo econômico ou com sócios ligados por relação de parentesco, não caracteriza, per se, fraude a licitação, malgrado represente inobservância do postulado da isonomia”, concluindo que “(...) a demonstração de bula a licitação necessita de nexo de causalidade entre a conduta das licitantes que possuem relação por quadro societário ou parentesco e a violação dos princípios que regem as contratações públicas” (fl. 16 da [Peça n.º 166](#)).

Das Contrarrazões Recursais da FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.
([Peça n.º 217](#))

27. Em suas contrarrazões, a empresa **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** afirma que o Órgão Ministerial concordou com as alegações contidas na Representação por ela apresentada e que foi conhecida e provida pelo Tribunal, atacando, pontualmente, os seguintes tópicos: (i) **da inconsistência das preliminares de violação ao devido processo legal e ao contraditório e à ampla defesa**; (ii) **da existência de provas suficientes para manutenção da Decisão n.º 3816/2018**; (iii) **do nexo de causalidade entre as empresas**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

28. Entende que “(...) não há que se falar em violação ao devido processo legal, nem mesmo aos seus consectários legais”, uma vez que a **COOPERBRAS** “(...) em todas as fases do processo a ora recorrente teve acesso aos autos, além de ter se manifestado nos autos em outras oportunidades”, ressaltando que a **Decisão n.º 1.213/2018** “(...) estipulou o prazo de 5 (cinco) dias para a **COOPERBRAS** se manifestar”, constando dos autos inúmeros expedientes daquela recorrente para requerer cópia do feito, apresentar memorial e outros, ficando claro que “(...) o procurador da **COOPERATIVA** teve acesso a todos os documentos acostados aos autos, bem assim se manifestou sobre todos eles, não havendo que se falar, portanto, em violação ao contraditório e à ampla defesa, consectários do devido processo legal” (fls. 05/07 da [Peça n.º 217](#)).

29. Refuta os argumentos apresentados pela recorrente, afirmando que “(...) ficou evidente nos autos a **existência** de elementos **SUFICIENTES** para concluir que o relacionamento estreito entre as licitantes culminou na adjudicação do objeto à Cooperativa de Transporte – **COOPERBRAS**” (grifos do original) (fl. 08 da [Peça n.º 217](#)).

30. Apresenta extrato do **Parecer n.º 400/2018-ML** ([Peça n.º 119](#)), que fundamentou a decisão ora recorrida, asseverando que “(...) fica evidente a prática de fraude com quebra de isonomia no certame entre as licitantes”, acrescentando que “(...) não se exige que haja prova técnica do conluio, até porque, os licitantes fraudulentos sempre tentarão simular uma competição verdadeira. Sendo assim, não se pode menosprezar a prova indiciária, quando existe no processo somatório de indícios que apontam na mesma direção”, transcrevendo posicionamento pacificado no âmbito do TCU (Acórdão n.º 1.223/2015-Plenário), no sentido de que “(...) é lícito ao julgador formar seu convencimento com base em prova indiciária quando os indícios são vários e convergentes”, e do Supremo Tribunal Federal – STF (julgamento do RE nº 68.006-MG), de que “(...) indícios vários e concordantes são provas, havendo, pois, nos autos elementos suficientes para comprovar que as empresas entraram em conluio para fraudar o procedimento de cotação de preços” (grifo do original) (fls. 08/09 da [Peça n.º 217](#)).

31. No tocante ao nexo de causalidade entre as empresas, afirma que “(...) é clara a existência de quebra do sigilo das propostas e, por conseguinte, frustração ao caráter competitivo do certame, uma vez que existiu a formação de grupos econômicos”, reproduzindo quadro sintético elaborado pelo Órgão Ministerial que comprovariam a relação de parentesco entre os sócios das licitantes, destacando, ainda, que “(...) os fornecedores participantes da licitação apresentaram descrições **IDÊNTICAS DO OBJETO LICITADO**” (grifo do original) (fls. 10/12 da [Peça n.º 217](#)).

Análise

32. As alegações preliminares apresentadas pela **COOPERBRAS** não merecem prosperar, não havendo que se falar em violação ao devido processo legal e aos seus consectários legais do contraditório e ampla defesa, uma vez que resta evidenciado nos autos que a recorrente teve conhecimentos a todos os atos adotados no presente feito, manifestando-se nos autos sempre que entendeu pertinente, tendo o Tribunal, inclusive, mediante **Decisão**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

n.º 1.213/2018 (Peça n.º 148), fixado prazo de 5 (cinco) dias para que aquela Cooperativa apresentasse suas considerações quanto às supostas irregularidades apontadas na Representação.

33. Não se sustenta, também, as alegações de *“insubsistência de conclusões baseadas em indícios”*. Ao contrário do alegado pela recorrente, a existência de indícios vários e concordantes pode, sim, fazer prova de fraude à licitação e conduzir à declaração de ilegalidade do certame e à inidoneidade das empresas que tiveram participação no ato ilícito.

34. Tal entendimento se encontra pacificado no âmbito do TCU, conforme se verifica nos Acórdãos TCU n.º 574/2010-Plenário, n.º 1.107/2014-Plenário, n.º 1.223/2015-Plenário e inúmeros outros, oportunidade em que aquela Corte de Contas ratifica posicionamento uniforme no sentido de que *“A prova indiciária, constituída por somatório de indícios que apontam na mesma direção, é suficiente para caracterizar fraude a licitação mediante conluio de licitantes”*.

35. Na espécie, o Ministério Público de Contas apontou indícios diversos que levavam à configuração de liame entre empresas participantes do certame, indicando forte ligação entre licitantes que influenciaram decisivamente para o resultado da licitação, comprometendo a exigida competitividade no certame, conforme consolidado no quadro sintético constante do **Parecer n.º 400/2018-ML (Peça n.º 119)**.

36. Nada obstante, conforme bem anotado pela Unidade Técnica, o Acórdão TCU n.º 1.793/2011-Plenário, determinou alterações no Sistema Comprasnet, de forma a alertar os pregoeiros acerca da apresentação de lances, para o mesmo item, por empresas que possuam sócios em comum, visando auxiliá-los na identificação de atitudes suspeitas no decorrer do certame que poderiam sugerir a formação de conluio.

37. Observe-se que os encaminhamentos proferidos nestes autos têm o mesmo objetivo, qual seja, adotar as medidas legais cabíveis ao se identificar indícios de risco à competitividade em processo licitatório para a contratação de bens ou serviços pela Administração Pública.

38. Diferentemente do alegado pela recorrente, o vínculo societário entre empresas, quando examinado em conjunto com outros indícios, são suficientes para que se configure eventual atuação de uma organização em benefício de outra, sendo os apontamentos relativos ao atestado de capacidade técnica e a semelhança redacional das propostas elementos indicativos de conluio entre licitantes para comprometer a lisura de certame licitatório.

39. No mesmo sentido, não merece acolhimento a alegação de que o reduzido lapso temporal entre as propostas evidenciaria competitividade acirrada. Não é demais repisar que, no **Parecer n.º 400/2018-ML**, foram apontadas evidências de que, na data de registro dos lances iniciais (**03.08.2017**), o ínfimo lapso temporal identificado (**16 minutos**) revela um comportamento aleatório das propostas apresentadas pelas licitantes que não integram o grupo das empresas interligadas, detectando-se o escalonamento decrescente na oferta de apenas **R\$ 0,01** (um centavo), fato não identificado nas ofertas de outras licitantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

40. Observe-se que os elementos constitutivos dos autos revelaram indícios da atuação conjunta de licitantes para fraudar o **Pregão Eletrônico n.º 03/2017/SUAG/SEE-DF**, evidenciado na combinação de preços, na quebra do sigilo das propostas e na frustração do caráter competitivo do certame, restando demonstrada a atuação fraudulenta na comprovada relação de parentesco entre sócios das empresas licitantes, com endereço e telefones coincidentes, na conta bancária em mesma agência, na descrição de propostas idênticas, e outros indícios que maculam a contratação.

41. A alegação de que empresa licitante teria ingressado com representação contra a COOPERBRAS não se mostra suficiente para desconfigurar o vínculo existente entre as empresas. Conforme bem apontado pela Unidade Técnica, o *“(…) principal atributo do conluio é a orquestração, um arranjo combinado com o objetivo de simular um ambiente competitivo, seja por meio de oferta de reiterados lances ou mesmo de interposição de recursos ou representações”*. Nesse contexto, torna-se indiferente a adjudicação do objeto a uma ou outra empresa, desde que ocorra no âmbito do mesmo conglomerado, que é, em última análise, responsável pela definição da participação de cada componente do acordo delituoso no momento da execução contratual.

42. Assim sendo, entendo **insubsistentes** os argumentos recursais apresentados pela empresa **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.** e, nesse sentido, pugno por que o Tribunal **negue provimento** ao Pedido de Reexame por ela interposto ([Peça n.º 166](#)).

Do Pedido de Reexame da empresa FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.
([Peça n.º 182](#))

43. A recorrente informa que a Representação por ela apresentada foi em face *“(…) das irregularidades verificadas no âmbito do Pregão Eletrônico 03/2017 – SEE/DF, consubstanciada em conluio entre as empresas licitantes que favoreceram diretamente a empresa adjudicada no procedimento licitatório e não cumprimento dos requisitos habilitatórios exigidos no edital”*, razão pela qual requereu à SEE/DF que *“(…) corrija as inconsistências apontadas na Representação, no sentido de se impedir a violação da isonomia entre os participantes do certame; desclassificasse todas as empresas integrantes do grupo econômico evidenciado nos presentes autos; e por fim, determinasse que a SE/DF inabilitasse a empresa COOPERBRAS que não atendeu os requisitos para sua habilitação no certame”* (fl. 02 da [Peça n.º 182](#)).

44. Afirma que o objetivo dos pedidos eram *“(…) voltados à continuidade do certame, já que se extirpando as ilegalidades denunciadas, os demais atos permanecem hígidos!”*, acrescentando que o Tribunal, ao anular o processo licitatório em tela, *“(…) deixou de analisar as consequências jurídicas dessa anulação, em patente contrariedade ao que dispõe o art. 21 da Lei de Introdução das normas de Direito Brasileiro”* (fls. 02/03 da [Peça n.º 182](#)).

45. Salienta que *“(…) a fraude só ocorreu na fase de lances entre as empresas fraudadoras do certame, sem macular as demais concorrentes ou outras fases do certame”* e,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

nesse sentido, passível de preservação os atos administrativos válidos e as propostas apresentadas pelas demais empresas licitantes (fl. 04 da [Peça n.º 182](#)).

46. Transcreve o art. 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, dispositivo incluído pela Lei n.º 13.655/2018², que impõe que “(...) *nos casos em que a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa for ocasionar ônus ou perdas anormais ou excessivos, o agente controlador, de qualquer órgão de controle que seja (controladoria interna, Tribunal de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário), deverá conduzir a regularização da situação de forma proporcional, equânime e sem prejuízo aos interesses gerais*”, ressaltando que o Voto condutor da decisão recorrida “(...) *nada dispôs sobre a validade e a legalidade das demais propostas apresentadas pelas demais empresas que concorreram isoladamente no certame*” (fls. 04/05 da [Peça n.º 182](#)).

47. Reafirma que “(...) *extirpando-se os atos inválidos e fraudulentos ocorridos no certame, ou seja, extraindo da concorrência as empresas que praticaram fraude com quebra de isonomia no certame e à frustração do caráter competitivo da licitação, os demais atos praticados no certame, seja pela Administração Pública, seja pelas demais concorrentes que ofertaram suas propostas acreditando na higidez da licitação, são passíveis de serem preservados*”, inclusive sob amparo do princípio da economicidade, haja vista “(...) *a mobilização da máquina pública para realizar a licitação ora sob comento, para, ao final, não ser alcançado o resultado pretendido, mesmo com a possibilidade de contratação da melhor proposta após extirpadas as empresas que fraudaram o certame*” (fl. 05 da [Peça n.º 182](#)).

48. Destaca que “(...) *a fraude reconhecida por esta c. Corte de Contas não está relacionada ao edital de licitação, às planilhas de preços, nem mesmo ao direcionamento do certame (...) aos atos administrativos da Administração Pública, mas sim na associação de empresas com vistas a frustrar o caráter competitivo do certame*”, assinalando que “(...) *esse tipo de fraude afeta a impessoalidade necessária no certame, diante da hipótese de uma pessoa jurídica possuir as condições necessárias para conhecer a proposta a ser ofertada por outra participante do procedimento de escolha. (...) Não obstante a violação da isonomia entre as licitantes do certame, essa fraude não retira a validade e legalidade das propostas das empresas que não participaram da fraude perpetrada pelas empresas associadas*” (fl. 06 da [Peça n.º 182](#)).

49. Reitera que “(...) *a anulação do certame não impedirá que alguma das empresas que fraudaram o certame concorra novamente no mesmo pregão, ou seja, a anulação do certame permitirá que as empresas fraudulentas participem e deem lances novamente no mesmo pregão que restou anulado em decorrência da fraude dessas empresas*” (fl. 07 da [Peça n.º 182](#)).

² **Lei n.º 13.655/2018:** “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Parágrafo Único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos” (Grifos da recorrente).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

50. Reproduz entendimento do STF no sentido de destacar a importância da competição e da isonomia em procedimento licitatório, registrado que “(...) *a preservação do certame garantirá o melhor negócio à Administração, visto que preservará as propostas já ofertadas pelas licitantes, além de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, já que serão extirpadas as propostas fraudulentas. (...) Com isso, será garantida a satisfação do interesse público*” (fls. 07/08 da [Peça n.º 182](#)).

51. Apresenta entendimento de Marçal Justen Filho, quanto ao princípio da economicidade, quando o citado doutrinador ensina que “(...) *economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos (Justen Filho, 1998, p.66)*”, requerendo, em observância ao princípio da economicidade e da preservação dos atos válidos, que “(...) *seja conhecido e provido o presente pedido de reexame para determinar a continuidade do certame, extirpando apenas as propostas das empresas que cometeram fraude no processo licitatório*” (fl. 08 da [Peça n.º 182](#)).

Das Contrarrazões Recursais da COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.
([Peça n.º 199](#))

52. Em suas contrarrazões, a **COOPERBRAS** defende a “(...) *impossibilidade de ‘aproveitamento dos demais lances diante da suposta frustração do caráter competitivo’*”, argumentando que tal pretensão “(...) *contraria a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a quebra da isonomia e a frustração do caráter competitivo constituem vício insanável que conduz à anulação do certame*”, transcrevendo parte dos Acórdãos TCU n.º 6.198/2009-Primeira Câmara e n.º 1.851/2005-Plenário nesse sentido (grifo do original) (fls. 02/03 da [Peça n.º 199](#)).

53. Afirma que “(...) *a inviabilidade da medida é ainda mais latente neste caso, pois a Recorrente não visa o aproveitamento das etapas anteriores do procedimento licitatório, mas a preservação da própria fase de lances, mediante simples desconsideração dos atos praticados pelas empresas integrantes do suposto grupo*”, asseverando que “(...) *se a representação da Recorrente se fundamentou em ‘ausência de competitividade no Pregão Eletrônico realizado pela SEE/DF’, não há como sustentar que, excluídos os lances das integrantes do suposto grupo, ‘os demais atos mostram-se hígidos e passíveis de preservação, como afirma o pedido de reexame’*” (grifo do original) (fls. 03/04 da [Peça n.º 199](#)).

54. Alega que “(...) *não há vedação legal à participação de empresas cujos sócios tenham relações de parentesco entre si, em uma mesma licitação*”, fundamentando tal argumento em jurisprudência do TRF e do TCU para concluir que “(...) *importa para o certame a preservação de seu caráter competitivo e de seu resultado útil - a proposta mais vantajosa*” (fls. 04/06 da [Peça n.º 199](#)).

55. Nas jurisprudências mencionadas, apresenta em destaque trechos em que há registros de que “(...) *inexiste previsão legal que obste a concorrência entre pessoas com parentesco, sendo fundamental para anular licitação regularmente processada que restasse evidenciado o comprometimento da competitividade entre os licitantes, o que não foi demonstrado, na espécie*” (TRF-1. AC 0046235-88.2013.4.01.3400, Des. Federal Souza

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

Prudente, Quinta Turma, e-DJFI 07/04/2017), assim como acerca da “(...) **Improcedência da aplicação a espécie da teoria da desconsideração da pessoa jurídica para impedir a participação de licitantes com grau de parentesco numa mesma licitação, pois ausente qualquer prenúncio de fraude, a qual, em se tratando de mandado de segurança, exige-se esteja comprovada documentalmente**” (TRF-1. REO 0016490-84.1990.4.01.0000, Juiz Leão Aparecido Alves (conv), Terceira Turma Suplementar, DJ 10/09/200 1) (grifos da COOPERBRAS) (fls. 04/05 da [Peça n.º 199](#)).

56. Reprodz trechos dos Acórdãos TCU n.º 2.803/2016-Plenário e n.º 952/2018-Plenário, no sentido de que “(...) *Não existe vedação legal a participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia ente as licitantes. A demonstração de fraude a licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação*” e “(...) *A existência de relação de parentesco ou de afinidade familiar entre sócios de distintas empresas ou sócios em comum não permite, por si só, caracterizar como fraude a participação dessas empresas numa mesma licitação, mesmo na modalidade convite. Sem a demonstração da prática de ato com intuito de frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação, não cabe declarar a inidoneidade de licitante*” (fl. 05 da [Peça n.º 199](#)).

57. Registra suposto “(...) *caso bastante similar ao que ora se analisa*”, em que “(...) *o TCU considerou que a participação de 11 empresas no certame em que se alegou frustração ao caráter competitivo, pela relação de parentesco entre sócios de 4 empresas, é uma circunstância que já afasta a possibilidade de êxito de eventual combinação entre as citadas empresas, eis que a etapa de lances equaliza as chances de todos os proponentes*” (TCU. Acórdão n.º 721/2016-Plenário. Relator: Vital do Rego), oportunidade em que aquela Corte “(...) *reconheceu a possibilidade da participação de empresas em que há relação de parentesco entre os sócios, mesmo em licitação na modalidade convite, em regra, com três participantes*” (TCU. Acórdão n.º 952/2018-Plenário. Relator: Min. Vital do Rego), ressaltando que “(...) *no caso concreto, não há qualquer elemento que indique que a relação de parentesco ou afinidade entre os sócios de quatro empresas teria sido fator decisivo para o resultado da licitação. Ao contrário, a análise dos autos do pregão permite verificar que o certame teve ampla disputa e que a participação de empresas com relação de parentesco não implicou qualquer influência na competitividade e no resultado do certame*” (grifos do original) (fls. 06/07 da [Peça n.º 199](#)).

58. Alega a “(...) **inexistência de conluio no certame**”, afirmando ser possível concluir que “(...) *os ‘fortes indícios’ de vínculo entre dois grupos concorrentes contrariam a ideia de conluio para que a Recorrida se sagraisse vencedora da licitação*” e que “(...) *a alegada frustração do caráter competitivo em razão de vínculo entre sócios de quatro empresas não se sustenta, porque as quatro primeiras colocadas não estariam relacionadas ao grupo de empresas que possuem relação de afinidade com a Recorrida*” (grifos do original) (fls. 07/09 da [Peça n.º 199](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

59. Argumenta que “(...) *se as empresas Faco e a I.H. Locação formavam grupo econômico distinto, não havia interesse em favorecer a Recorrida, até porque a Faco era a prestadora de serviços à SEE/DF, e, naquele cenário, uma empresa relacionada continuaria executando os serviços*”, salientando que “(...) *Fato contundente de que a empresa Faco não atuou para beneficiar a Recorrida, é que **aquela empresa representou a essa Corte contra a desclassificação de sua proposta***” e que a existência de dois diferentes grupos “(...) *reforça o caráter competitivo do certame e a ausência de nexo causal entre a relação de parentesco entre sócios de quatro empresas e o resultado do pregão, como destacado pela unidade técnica (...) Essa também foi a conclusão do voto do relator – vencido*”, conforme transcrito (grifos do original) (fls. 09/11 da [Peça n.º 199](#)).

60. No intuito de comprovar a “(...) **efetiva competição**” no certame, afirma que “(...) *breve análise da Ata de Realização do Pregão – como um todo, não apenas de lances isolados – permite verificar que houve uma disputa efetiva entre as licitantes*”, aduzindo que “(...) *é irrelevante o argumento suscitado no parecer ministerial de que os registros das ofertas das cinco empresas mencionadas acima perfazem apenas 16 minutos, visto que essa é uma etapa anterior aos lances, não tendo reflexos na disputa. Até porque, como se viu, foram realizados diversos e seguidos lances licitantes*” (grifo do original) (fls. 12/14 da [Peça n.º 199](#)).

61. Quanto à “(...) *suposta existência de conluio com base em ‘nuances identificadas nas propostas’*”, afirma que “(...) *essas empresas apenas replicaram os termos exatos do início da descrição do objeto, que indica o tipo de serviço e a respectiva região administrativa a ser atendida*”, acrescentando que “(...) *o objeto descrito no edital é idêntico ao de outras licitações realizadas pela SEE/DF para contratação de serviço de transporte escolar, diferenciando-se apenas quanto à indicação da região administrativa*” (fls. 14/15 da [Peça n.º 199](#)).

62. Em relação à “(...) **inexistência de simulação na fase de lances**”, afirma que “(...) *o suposto mergulho de preços teria ocorrido quando a empresa RPA Comércio e Prestação de Serviços Ltda. – ME apresentou lance dom decréscimo de R\$ 1,84 em relação à oferta anterior, estabelecendo o valor de R\$ 10,50, e o lance teria desestimulado a competição entre empresas que não tinham ciência da prática de simulação*”, revelando que “(...) *tal lance jamais poder ser considerado um ‘mergulho de preços’, quando se verifica que o preço ofertado logo em seguida por outras licitantes e pela recorrida foi inferior, tendo, inclusive, encerrando-se o certame com uma proposta vencedora de R\$ 10,38. Ou seja, após o lance de R\$ 10,50, sucederam-se diversos lances com diferença gradativa e compatíveis entre si, **demonstrando que não houve desestímulo aos demais licitantes, e sim uma efetiva disputa***” (grifos do original) (fls. 15/16 da [Peça n.º 199](#)).

63. Por fim, no tocante à “(...) **condenação baseada em indícios**”, alega que “(...) *a caracterização de conluio não se sustenta a partir de mera presunção, notadamente quando existem fortes indícios contrários*”, citando entendimento do TCU nesse sentido (TCU. Acórdão no 2077/2017-Plenário. Relator: Augusto Sherman), concluindo que “(...) *os indícios de ausência de competitividade apontados pela Recorrida, e acolhidos no processo, não são convergentes, pois existem elementos contrários, fortes e precisos que demonstram a efetiva competição e legalidade do certame*” (grifo do original) (fl. 16 da [Peça n.º 199](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

Análise

64. A alegação de ausência de análise das consequências jurídicas da anulação do certame ordenada pela **Decisão n.º 3.816/2018**, que teria contrariado o art. 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não se sustenta.

65. Observe-se que a questão foi objeto de arguição e exame nos embargos de declaração interpostos pela empresa **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** ([Peça n.º 164](#)), oportunidade em que o Voto condutor da decisão, que negou provimento àquela peça recursal ([Peça n.º 170](#)) (**Decisão n.º 5.536/2018**), destaca que “(...) *ao contrário da alegação da embargante, não vislumbro qualquer ofensa à LINDB, no que diz respeito à necessidade de ponderação acerca dos efeitos de decisão que decretou a invalidação do procedimento licitatório em exame*”, uma vez que a irregularidade tratada nos autos – *restrição ao caráter competitivo de certame licitatório* – revela-se insanável, ante o flagrante desrespeito aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto no art. 3º da Lei n.º 8.666/1993.

66. Não é demais repisar que as consequências jurídicas decorrentes da anulação do certame se restringem ao recomeço do procedimento licitatório, não havendo que se falar em consequências jurídicas aos licitantes, haja vista não terem sido firmados contratos nem tampouco efetuados pagamentos.

67. Consoante art. 49, **caput** e §1º da Lei n.º 8.666/1993, a anulação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, não cabendo ressalva, no caso em exame, em face da ausência de contrato firmado e inexistência de serviços executados, fazendo-se necessário, contudo, a instauração de processo administrativo para fins de apenação das empresas que porventura tenham praticado o ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, medida expressamente indicada na parte final do **item III, alínea “a”**, da **Decisão n.º 3.816/2018** ([Peça n.º 227](#)).

68. Diferentemente do afirmado pela recorrente, inaceitável que o Tribunal desconsidere flagrante ofensa ao princípio da legalidade sob a alegação de suposta economicidade na contratação. Além disso, conforme consignado no **Parecer n.º 400/2018-ML** ([Peça n.º 119](#)), os elementos constitutivos dos autos não demonstram que o preço praticado pela empresa **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.** seria o mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que o “*mergulho de preços*”³ caracterizado no certame em exame teve por objetivo desestimular a participação de outros interessados no objeto licitado, restando evidenciada a inexistência de lance útil após a apresentação de propostas aquém dos valores anteriormente propostos.

69. Oportuno reproduzir as considerações expostas no citado parecer ministerial, no sentido de que, no certame em tela, foram identificados “(...) *indícios de nefasta prática*,”

³ **Mergulho de Preços:** Procedimento de oferta de lances muito abaixo do valor de referência – partindo-se da premissa de que o valor de mercado foi estimado corretamente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

infelizmente comum em pregões eletrônicos, na qual licitantes apresentam propostas de baixo valor para desestimular outras licitantes (coelho) e, posteriormente, não exercem a prerrogativa de celebrar o contrato com a Administração, deixando de cumprir requisito de habilitação, sem qualquer justificativa, o que culmina na convocação de interessada com proposta menos vantajosa para o Poder Público” (grifos do original).

70. Nesse contexto, o vício evidenciado no **Pregão Eletrônico n.º 03/2017-SUAG/SEE/DF**, no sentir ministerial, macula todo o procedimento licitatório, impossibilitando a continuidade do certame e a consequente preservação dos atos administrativos considerados válidos como pretende a ora recorrente, mesmo após a extirpação das propostas vinculadas às empresas envolvidas na irregularidade.

71. Sobre a questão, importante destacar entendimentos firmados pelo TCU nos Acórdãos n.º 6.198/2009-Primeira Câmara e n.º 1.851/2005-Plenário, em que a prática evidenciada no citado certame se revela vício insanável, passível de anulação do procedimento licitatório, não sendo possível o “*aproveitamento*” dos atos até então praticados.

72. No tocante à ausência de frustração do caráter competitivo do certame decorrente de suposta relação de parentesco ou afinidade entre sócios de empresas licitantes, esses argumentos já foram devidamente examinados quando da análise das razões recursais ofertados pela **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.** e os entendimentos do TRF e do TCU trazidos pela empresa em suas contrarrazões não abonam as condutas evidenciadas nestes autos.

73. Cumpre reiterar que, no caso certame em questão, foram identificados vários indícios de irregularidades, conforme sintetizado no **Parecer n.º 400/2018-ML (Peça n.º 119)**, não se aplicando à espécie, as situações reproduzidas pela **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.** quanto à impossibilidade de anulação de processo de licitação devido a possíveis vínculos societários entre licitantes. No presente feito, resta sobejamente demonstrado o comprometimento da competitividade do certame em face da participação de licitantes com comprovado grau de parentesco ou afinidade familiar entre sócios de empresas distintas ou sócios em comum na mesma licitação, evidências que, no entendimento ministerial, revelam a atuação conjunta de participantes com intuito de fraudar o procedimento licitatório.

74. Também não se aplica ao pregão em exame, o suposto caso semelhante, mencionado pela **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.**, em que o TCU considerou que a participação de 11 empresas em certame, em que 4 delas teriam relação de parentesco entre sócios, não frustraria o caráter competitivo, uma vez que tal circunstância “(...) já afasta a possibilidade de êxito de eventual combinação entre as citadas empresas, eis que a etapa de lances equaliza as chances de todos os proponentes” (TCU. Acórdão n.º 721/2016-Plenário. Relator: Vital do Rego).

75. Inaplicável a situação referenciada porque, repita-se, não se analisa nestes autos apenas a irregularidade relacionada ao vínculo societário entre licitantes. Conforme

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****Terceira Procuradoria**

demonstrado no **Parecer n.º 400/2018-ML (Peça n.º 119)**, o evidenciado “*mergulho de preços*” não permite a equalização das chances de todos os proponentes, uma vez que esse procedimento provoca desestímulo à participação de outros licitantes na etapa de lances, comprometendo a competitividade e não assegurando a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

76. Os argumentos de que houve disputa efetiva no certame não merece prosperar. A evolução dos lances apresentados pelas empresas licitantes revela que, após o “*mergulho de preços*” evidenciado nos autos e demonstrado pelo Órgão Ministerial, não foram ofertados valores aproveitáveis pelas interessadas alheias aos dois conglomerados participantes da licitação e, com a desistência das primeiras colocadas, resultando no favorecimento de proposta menos vantajosa para a Administração Pública.

77. Conforme apontado no Voto condutor da **Decisão n.º 5.536/2018 (Peça n.º 170)**, no presente certame ficou demonstrado que “*(...) parcela considerável das pessoas jurídicas que participaram do certame em voga possuem identidade de membros no quadro societário e/ou apresentam relação de parentesco entre os sócios, revelando atuação coordenada das aludidas empresas interligadas (quebra do sigilo das propostas, acerto de lances, desistência de propostas, dentre outros vícios), com a consequente frustração do caráter competitivo do certame, o que poderia culminar na convocação de interessada cuja contratação seria, além de ilegal, desvantajosa para a Administração Pública*” (grifei).

78. No mesmo sentido, o argumento de que a semelhança na descrição do objeto das propostas é resultado da utilização de texto de outras licitações realizadas pela SEE/DF não procede. Ora, por que utilizar o texto de editais licitatórios anteriores e não a redação que consta do certame atual?

79. No sentir ministerial, o fato de as empresas apresentarem propostas com redação idêntica e distintas do texto constante do edital do **Pregão Eletrônico n.º 03/2017-SUAG/SEE/DF** se mostra evidência intransponível de que agiram em comum acordo para fraudar o certame em tela e impedir a ampla competição entre as licitantes com o objetivo de beneficiar uma das empresas coligadas, constatação que, juntamente com os demais indícios de irregularidades identificadas nos autos, corroboram a anulação do certame e dos atos nele praticados.

80. Em face de todo o exposto, reitero entendimento do Ministério Público de Contas no sentido de que os vários indícios convergentes de irregularidades evidenciados nestes autos revelam o comportamento conjunto e coordenado de participantes do **Pregão Eletrônico n.º 03/2017-SUAG/SEE/DF** com objetivo de fraudar o procedimento licitatório, constatações que impossibilitam a continuidade do certame e a consequente preservação dos atos administrativos considerados válidos como pretendido pela empresa **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.**, ora recorrente, mesmo após a extirpação das propostas vinculadas às empresas envolvidas nas irregularidades.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Terceira Procuradoria

81. Nesse diapasão, entendo **improcedente** os argumentos recursais apresentados pela empresa **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.**, razão pela qual sugiro ao Tribunal que **negue provimento** ao Pedido de Reexame por ela interposto ([Peça n.º 182](#)).

Conclusões e sugestões

82. O exame das razões recursais e respectivas contrarrazões trazidas aos autos pelas empresas **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.** e **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** não se mostraram suficientes para permitir a reforma da **Decisão n.º 3.816/2018** e, nesse sentido, entendo que o Tribunal deve **negar provimento** aos **Pedidos de Reexame** ora examinados ([Peças n.º 166](#) e [n.º 182](#), respectivamente), mantendo integralmente o teor da decisão recorrida.

83. Diante de todo o exposto, este representante do **Parquet** especializado alinha-se à Unidade Técnica e sugere ao eg. Plenário que:

- I. **tome conhecimento** das contrarrazões recursais apresentadas pelas empresas **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** ([Peça n.º 199](#)) e **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.** ([Peça n.º 217](#));
- II. **negue provimento** aos Pedidos de Reexame interpostos pelas empresas **COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes Ltda.** ([Peça n.º 166](#)) e **FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.** ([Peça n.º 182](#)) em face da **Decisão n.º 3.816/2018**;
- III. **dê ciência** da Decisão que vier a ser proferida às recorrentes, por intermédio de seus representantes legais, e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF;
- IV. autorize o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos para os devidos registros e posterior encaminhamento à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, em vista do disposto no **item III, alíneas “a” e “b”** da **Decisão n.º 3.816/2018**.

É o parecer.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador